

A Revolução Russa de 1917 e seu impacto nos Andes centrais

EVERALDO OLIVEIRA ANDRADE*

Resumo: O objetivo desse texto é o de apresentar o processo da revolução russa de 1917 e analisar o seu impacto nos países andinos centrais: Peru, Bolívia e Equador durante as duas primeiras décadas seguintes à revolução. Utiliza-se como hipótese teórica central a teoria do desenvolvimento desigual e combinado e sua possível aplicabilidade como instrumento de análise dos processos históricos analisados. A primeira seção deste artigo analisa o processo da revolução russa desde a passagem ao século XX até os primeiros anos da revolução, período em que ocorre um acirramento das contradições inter-imperialistas com impacto direto sobre o país. A segunda seção examina de que forma a revolução influenciou os processos locais na perspectiva do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo e de seus processos históricos tendo-se em conta a situação das economias nacionais, o desenvolvimento das lutas sociais e políticas desenvolvidas pelo movimento operário e as massas populares.

Palavras-chave: revolução russa; movimento operário; Peru; Bolívia; Equador.

The Russian Revolution of 1917 and its impact on the central andes

Abstract: The purpose of this text is to present the process of the Russian revolution of 1917 and to analyze its impact in the central Andean countries: Peru, Bolivia and Ecuador during the first two decades following the revolution. The central theoretical hypothesis is the theory of unequal and combined development and its possible applicability as an instrument of analysis of the analyzed historical processes. The first section of this article analyzes the process of the Russian revolution from the turn of the twentieth century to the first years of the revolution, a period when the inter-imperialist contradictions with direct impact on the country have intensified. The second section examines how the revolution influenced local processes, taking into account the situation of national economies, the development of the social and political struggles developed by the labor movement and the popular masses.

Key words: russian revolution; labor movement; Peru; Bolivia; Ecuador.



* EVERALDO OLIVEIRA ANDRADE é Doutor em História pela Universidade de São Paulo, professor de História Contemporânea na Universidade de São Paulo (USP).

O desenvolvimento desigual e combinado da economia russa

Da mesma forma que a América Latina, o desenvolvimento do capitalismo na Rússia foi desigual e combinado ao longo do século XIX, grandes e modernas indústrias ao lado de uma larga maioria de camponeses vivendo sob um regime que mal saíra da servidão. As modernas indústrias e massas de operários conviviam com milhões de camponeses vivendo em condições de trabalho servis. Mais de 41% indústrias do país possuíam mais de 1.000 operários, na época grandes fábricas. Isso mostrava a enorme concentração operária em poucas fábricas, facilitando o trabalho de agitação revolucionária. As mudanças que o capitalismo produzia atingira cada vez com maior força as estruturas arcaicas da economia e da sociedade russa nos primeiros anos do século XX.

No campo o atraso econômico era gigantesco. Desde 1861 tinha sido abolida a servidão, mas com isso aumentou a concentração de terras nas mãos de poucos proprietários. Dos 140 milhões de hectares cultiváveis em 1917, metade estava nas mãos de apenas 30.000 proprietários e a outra metade era dividida por mais 10 milhões de famílias. A luta pela terra tornara-se uma perspectiva para os camponeses, mas na imensidão dos campos, do isolamento e da diversidade do mundo rural, a grande massa de camponeses não se constituía, e nem conseguiria, como classe homogênea muito embora profundas energias revolucionárias emergissem das profundezas da miséria econômica do mundo rural e das suas tradições de exploração coletivista da terra. A aliança dessas maiorias nacionais com o nascente e minoritário movimento operário, embora fosse uma ambição dos pequenos núcleos revolucionários, era ainda uma hipótese distante. A burguesia russa, por

outro lado, era fraca e dependente da nobreza e da Igreja, que comandavam o velho estado imperial russo sem por isso ter sido capaz, ainda nos primeiros anos do novo século, de desafiar as frações hegemônicas das classes dominantes. Uma terceira grande contradição da velha Rússia imperial era a presença em seu interior de uma grande diversidade de nacionalidades oprimidas. Do conjunto da população do império havia cerca de 43% de russos e os outros 57% não - russos divididos em dezenas de nacionalidades, culturas e povos submetidos e sem soberania. Pelo censo populacional de 1897 havia 126 milhões de pessoas, sendo 56 milhões de russos, 22 milhões de ucranianos, 13,6 milhões de tártaros, 8 milhões de poloneses, etc. (BROUÉ, s/d, 35-41)

A transição para o século XX já vinha sendo acompanhada por diversas transformações profundas no modo de produção capitalista, com a crescente concentração de capitais em grandes grupos econômicos, saltos tecnológicos e ampliação e fortalecimento do papel dos bancos e do capital propriamente financeiro. Entre as grandes nações que alcançavam um nível de desenvolvimento industrial endógeno e uma centralização do estado em mãos de uma burguesia autóctone acirraram-se as disputas por novos territórios e áreas de influência. A primeira grande crise econômica do capitalismo de 1873 teve como uma de suas consequências a aceleração das guerras e choques crescentes entre as grandes potências. A Rússia ainda que distante da perspectiva de se tornar uma potência industrial, avançou na conquista de novos territórios pela imensidão central da Ásia e chocou-se no Oriente com uma nova potência industrial em ascensão, o Japão. A guerra russo-japonesa de 1904 foi o resultado mais direto das novas rivalidades que o expansionismo das economias

imperialistas acelerava. A derrota russa abalou profundamente o edifício da brutal monarquia dos Romanov, ainda que esta sobreviesse por alguns anos. A revolução operária de 1905 esteve diretamente relacionada a crise provocada pela derrota. Do ponto de vista do movimento operário foi seu primeiro grande ensaio geral.

1905: os soviets e a Revolução Permanente

A ação concreta das massas trabalhadoras na revolução de 1905 destruiu os velhos esquemas políticos em que trabalhava a esquerda russa, o que abriria um novo capítulo às lutas revolucionárias futuras do imenso país. A principal contribuição do movimento operário na revolução russa de 1905 foi fazer renascer a teoria da revolução permanente já formulada por Karl Marx, que considerara a revolução alemã de 1848 apenas um prólogo da revolução proletária. A revolução era vista como processo no qual a entrada da classe operária poderia combinar suas reivindicações de classe com aquelas das outras classes oprimidas e mesmo aquelas reivindicações nacionais e democráticas com as quais as burguesias não houvessem adquirido capacidade política ou maturidade ideológica para liderar (TROTSKY, 1952, 23-24).

No entanto, entre os membros do PSDR (partido social-democrata russo, como suas frações menchevique, bolchevique ou independentes) era unanimidade que se caminhava em 1905 para uma revolução democrática e burguesa a partir das contradições entre as novas forças produtivas da sociedade capitalista e as relações de tipo feudal ainda mantidas no país. Assim caberia ao partido do proletariado apenas o papel de ala esquerda da frente democrática, apoiando a burguesia liberal na sua luta contra o czarismo. Mesmo Lênin, em 1905,

formulava como palavra de ordem de governo a “ditadura democrática dos operários e camponeses”, admitindo que o partido camponês pudesse ser maioria num eventual governo revolucionário. Tratavam-se ainda de fórmulas não testadas pela História concreta.

A crise do pós-guerra de 1904 rapidamente resolveria as abstrações dos debates teóricos e políticos. O movimento operário que ergueu os soviets em 1905 “testou” todas as fórmulas sob o fogo da revolução. Ao liderarem à frente da burguesia o movimento revolucionário, os operários abriram concretamente a possibilidade de passagem da revolução democrática (burguesa) para a revolução socialista. Foi nesse sentido que Leon Trotsky, que presidiu o soviete de São Petersburgo em 1905, avaliava que nos países que não houvessem alcançado no início do século XX um alto nível de desenvolvimento industrial e capitalista, e levando-se em consideração o estágio mundial de unificação do mercado capitalista sob domínio imperialista, a situação poderia ser caracterizada como de economias e sociedades com desenvolvimentos desiguais e combinados em que o capitalismo é o modo de produção hegemônico mas convive e submete modos de produção e formações econômicas pré-capitalistas – e na velha Rússia de 1905 uma expressão seria a presença de traços de servidão camponesa em uma economia ainda pouco articulada ao mercado ao lado de um moderno e politizado operariado industrial que expressava as relações sociais advindas do capitalismo mais avançado. A consequência dessas combinações produzidas seria a presença de situações que poderiam permitir verdadeiros saltos na História através de combinações particulares de seus componentes. Não se trataria mais de esperar revoluções proletárias apenas nos

países de capitalismo avançado, mas em cada canto do planeta em que a classe operária fosse capaz de se organizar e liderar as maiorias nacionais, e isso na medida em que o capitalismo seria o modo de produção hegemônico a ditar as regras e relações entre as classes na economia e na vida política (TROTSKY, 1985, 23-27). O laboratório histórico real no qual essa perspectiva fora testada, ou melhor, nascera como uma teoria original da revolução, foi a experiência de 1905. O proletariado russo, apesar de minoritário, pôde jogar um papel central na revolução a partir do seu lugar particular na economia e liderar outras camadas sociais exploradas.

Os primeiros soviets, ou conselhos operários, nasceram da ação prática do movimento operário desde as fábricas e se chocaram diretamente com as instituições do estado imperial russo. É preciso demarcar que a repressão interna proibira a existência de organismos ou de órgãos de negociação intermediários existentes em outros países capitalistas como sindicatos, associações e partidos operários reconhecidos e legalizados pelo estado. Os comitês de fábrica surgidos em 1905 logo evoluíram para um papel cada vez mais político, passando a incorporar questões, debates e reivindicações que extrapolaram seus limites originais. Tornaram-se em pouco tempo órgãos de representação política. O primeiro soviete de São Petersburgo foi formado por delegados eleitos nas fábricas para organizar uma greve. Mas logo transformou-se em centro do movimento operário revolucionário. Evoluiu de comitê de greve a "parlamento operário", tomando posição sobre todas as questões da vida cotidiana. Os delegados, também chamados de deputados, tinham mandatos revogáveis a qualquer momento pela base que os havia eleito e o soviete se apresentava como órgão de unidade de toda a classe, acima

das divisões de caráter político, sindical ou regional. A derrota da revolução de 1905, com a prisão, expulsão e exílio de muitos dos revolucionários não conseguiu apagar da memória do movimento operário essa experiência, muito menos selar as profundas contradições nas quais sobrevivia o carcomido e pantagruélico império russo que sugava todas as energias do seu povo.

A revolução de 1917 e os novos soviets

Com entrada da Rússia na primeira guerra mundial (1914-1918) todas essas bombas-relógio, esses choques econômicos e sociais presentes aceleraram sua explosão. Em 1917, frente à crise provocada por derrotas sucessivas da Rússia durante a Primeira Guerra e à mobilização das massas populares, da crescente fome e desespero, o império russo não resistiu e foi derrubado após sucessivas mobilizações, greves, motins e revoltas ao longo do mês de fevereiro. No dia 3 de março de 1917 é proclamado o governo provisório, chefiado por uma coalizão de partidos da burguesia liberal e apoiado por partidos socialistas reformistas como os mencheviques saídos da divisão do antigo PSDR, além dos partidos dos socialistas revolucionários (SRs). Ao mesmo tempo surgiam novamente os soviets.

Lênin pode voltar ao país desde o seu exílio na Suíça e propôs suas célebres Teses de Abril incitando os militantes do partido bolchevique a se prepararem para a revolução operária e olharem com atenção para os soviets. Para Lênin seria desastroso aos bolcheviques dois caminhos nesse momento: de um lado aderir ao governo provisório dirigido pela burguesa russa que mantinha o país em guerra, mas também por outro, atacá-lo diretamente em um momento em que esse mesmo governo – por conta da revolução que derrubara o Czar e a presença de partidos operários majoritários - era visto

com grande simpatia e desfrutava de apoio da maioria do movimento operário. Adotaram uma orientação política de não participar do governo provisório e ao mesmo tempo dirigirem exigências ao governo provisório como conquistar a paz e a terra aos camponeses. Desenvolvem esse embate como minoria no interior dos soviets e das organizações sindicais buscando exigir dos mencheviques e SRs que rompessem com os partidos capitalistas presentes no governo provisório, para tirar a Rússia da guerra.

Após a queda do Czar, em fevereiro de 1917, os soviets haviam renascido em todo o país. No seu interior, os partidos de base operária (bolcheviques, mencheviques, socialistas revolucionários-SR e outros) disputavam posições através dos delegados eleitos. O governo provisório de Kerensky – contando com o apoio de mencheviques e SRs, então majoritários nos soviets – mantinha a participação da Rússia na guerra imperialista de 1914-18 e buscava frear as mobilizações das massas por suas reivindicações. Mas essa situação tendia a mudar com o avanço da crise econômica e política que a guerra arrastava o país.

Após o fracasso do golpe de direita comandado pelo general Kornilov em 28 de agosto e os seguidos fracassos da Rússia na guerra, os bolcheviques avançam para a conquista da maioria nos soviets. Eles passam a defender abertamente todo o poder aos soviets por terra, paz e pão. A tática adotada pelos bolcheviques tentava conquistar a maioria nos espaços comuns de organização da democracia soviética. Buscava-se o convencimento a partir da própria experiência de ação das mobilizações revolucionárias, e levou os bolcheviques a conquistarem pouco a pouco ao longo dos meses conturbados

entre fevereiro e outubro de 1917 a maioria nos soviets. O final de setembro os bolcheviques são maioria nos dois mais importantes soviets do país: Moscou e Petrogrado. Nessa última cidade Leon Trotsky é eleito presidente do soviets em 25 de setembro. Um mês depois começava a insurreição armada decidida pelos soviets para derrubar o governo provisório. O novo governo revolucionário apoiava-se nos soviets e suas primeiras medidas foram retirar a Rússia da guerra, distribuir terras aos camponeses e nacionalizar a indústria. O congresso nacional dos soviets, agora dirigido para os bolcheviques, assumia o poder e forma um novo governo revolucionário incorporando os aliados do partido dos SRs de esquerda.

A democracia direta nos soviets

A experiência dos soviets como espaços novos de exercício da democracia foram objeto de um longo debate, particularmente em um país que sequer havia experimentado a democracia liberal baseada no sufrágio universal. Uma de suas características originais nesse estágio de seu desenvolvimento era que os soviets locais não eram obrigados a seguir ordens dos soviets superiores, eles possuíam autonomia. Isso incentivava a iniciativa local, prevenindo-se o órgão de poder de pressões burocráticas que tirassem sua iniciativa. Ao mesmo tempo, os soviets como órgãos de democracia direta e auto-organização não deveriam ser vistos como uma forma acabada de governo revolucionário para todas as situações e períodos históricos de ruptura com o capitalismo (BROUÉ, 1971, 108). De fato, tradições históricas e culturais locais em cada país poderiam dar ensejo a criação, durante revoluções operárias e populares como de fato ocorreria ao longo do século XX, a formas de auto-organização de massas com a criação de

órgãos de poder revolucionário que não necessariamente idênticos à forma soviética.

Por outro lado, a existência de órgãos de democracia direta dos trabalhadores não significaria que o seu desenvolvimento automático asseguraria a realização de objetivos revolucionários socialistas defendidos pelos partidos e organizações. A orientação política revolucionária dos soviets russos foi expressão de uma intensa disputa política interna entre diferentes correntes de opinião presentes no movimento operário. A instituição soviética enquanto tal não estava pré-determinada para existir sob algum modelo ou programa político acabado. Era a expressão de uma experiência política real das massas trabalhadoras, com seus limites, superações, erros e acertos.

A luta política de caráter econômico e social não terminava com a constituição dos soviets, mas continuava no seu interior. A democracia operária vigente no interior dos soviets os fizeram, por outro lado, rivais das autoridades oficiais locais e depois do próprio poder central do Estado, expressando a vontade das massas revolucionárias de modo direto e imediato (FOUGEROLLAS, 1981, 107).

O novo governo e a guerra civil

A chegada dos bolcheviques ao poder em outubro de 1917, numa coligação com o partido dos Socialistas Revolucionários de Esquerda apenas iniciava uma nova fase da revolução. Nos soviets as novas medidas do governo buscavam reforçar o poder do proletariado e atender as reivindicações mais imediatas das massas populares que os haviam apoiado. A Rússia retira-se da guerra assinando o tratado de Brest-Litovsky com a Alemanha. As terras começam a ser distribuídas aos camponeses e a grande indústria é nacionalizada. A burguesia, a

velha nobreza e os partidos reformistas articulam-se com as grandes potências para sufocar o jovem regime comunista. Até 1922 esse cerco das potências imperialistas tentou destruir a nascente república soviética e financiou os exércitos brancos dentro do país.

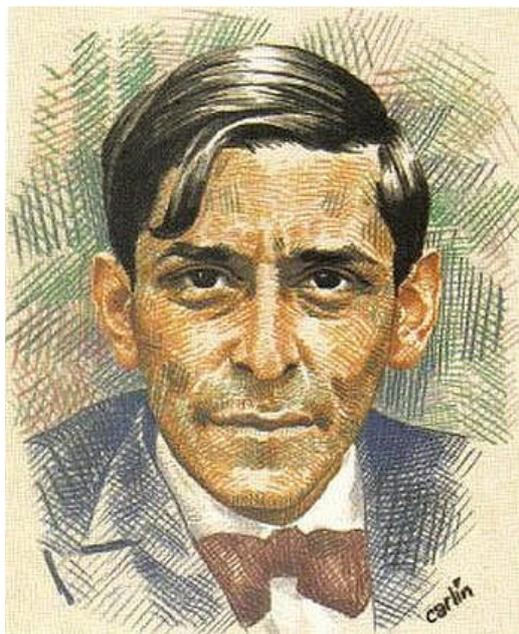
Os bolcheviques tomaram medidas de emergência para defender a Revolução operária. Ao mesmo tempo, e este era o grande temor das burguesias dos outros países – o exemplo da revolução varria o planeta. Rompendo com os partidos socialistas e reformistas da 2ª Internacional, Lênin e Trotski fundam, sob o signo da revolução mundial, a 3ª internacional na Rússia revolucionária sitiada. O movimento operário toma a ofensiva num momento de crise do pós-guerra. No Brasil a primeira greve geral ocorre em 1917 e cinco anos depois surgia o primeiro agrupamento comunista – o PCB. Na Europa, na ponta avançada do movimento revolucionário, os operários alemães e húngaros erguem soviets e iniciam a revolução operária em 1919, depois derrotada.

Durante mais de quatro longos anos (1918 a 1922) o lendário Exército Vermelho liderado por Trotski esmagará a contrarrevolução. A guerra civil, porém, causara uma destruição terrível da economia, fome, miséria, e levava milhares dos melhores militantes revolucionários. Foi neste terreno que cresceu uma camada social de oportunistas, carreiristas e aproveitadores que ingressavam no Partido Comunista e serão um obstáculo à manutenção e ampliação de muitas das conquistas da democracia soviética. Durante os anos mais duros da guerra civil a livre discussão no interior do partido e dos soviets sofreu limitações, mas o fim da guerra civil e as tentativas de reerguimento da economia, inclusive através da nova política econômica,

deveriam trazer de volta os espaços de democracia operária conquistados antes. No entanto, a morte de Lênin em 1923 favoreceu a consolidação de uma nova camada de dirigentes do aparelho político do estado e que ocuparia até sufocar o antes vibrante e democrático partido bolchevique. A burocracia irá fechar os espaços de democracia operária, confiscando para seu próprio proveito as conquistas sociais e econômicas da revolução através da formação de uma camada de privilegiados (BROUÉ, s/d, 263-264). Para isso teve antes que vencer a resistência das Oposições Unificadas, depois Oposição de Esquerda liderada pelos dirigentes Zinoviev, Kamenev e Trotski. Esta Oposição denunciará de maneira sistemática os problemas criados pela destruição da democracia soviética capitaneada por Stálin em um momento de grandes dificuldades econômicas para a consolidação da república soviética.

Os duros embates no interior do movimento revolucionário russo tiveram repercussões em todo o mundo, em particular para as organizações, grupos e militantes que buscavam nesse momento histórico – chave os meios de se articularem e seguirem a vitoriosa experiência soviética. Os processos nos quais estes embates se desdobraram foram longos e complexos e não serão aqui desenvolvidos direta e amplamente,

¹ Parte desta seção foi desenvolvida em forma de comunicação durante o seminário internacional “1917-2007 - 90 anos da revolução russa”,



José Carlos Mariátegui (1895-1930)

mas especificamente na América dos Andes centrais. Desde o ponto de vista das amplas camadas de trabalhadores latino-americanos podemos afirmar que a revolução russa provocou profunda simpatia. Na próxima seção abordamos brevemente de que forma três países andinos foram afetados diretamente pelos resultados da revolução e que consequências provocaram na luta

interna de seus países.

A revolução russa e seu impacto nos Andes

De maneira geral pode-se afirmar que no conjunto dos países andinos centrais a classe operária estava composta por núcleos reduzidos de trabalhadores, mas que já desenvolviam no período anterior a 1917 iniciativas no terreno sindical e político¹. A pouca tradição operária limitou por um momento um impacto político mais profundo, no entanto, nos círculos da vanguarda sindical e política começou logo após 1917 um novo movimento de aproximação com as posições e teses dos dirigentes da Revolução Russa.

No Peru havia uma tradição anarquista antes de 1913, que permitiu a esses impulsionarem a formação da Federação Regional dos Trabalhadores agrupando os Petroleiros de Talara, os mineiros de Cerro del Pasco e os estivadores do porto

realizado no departamento de História da USP em 2007.

de Callao. Eles reivindicavam 8 horas de trabalho diário, reuniam várias organizações assistenciais e desenvolveram um caráter cada vez mais classista às suas ações (COTLER, 2006, 146-148). De 1915 a 1920 há um crescimento da economia peruana que desencadeia inflação e consequente queda da renda dos trabalhadores. É um novo período com crescentes greves e explosões de violência das massas populares. Nesse momento o impacto da Revolução Russa fez-se sentir de maneira inequívoca pela primeira vez na História peruana. Em 1919 o Peru estava em plena crise revolucionária e no Parlamento os anarquistas são acusados de “traição à pátria” e de tentar repetir o “terror vermelho” da Rússia. Em 13 de janeiro de 1919 uma grande greve desencadeia-se em Lima e outras cidades importantes do país, obrigando o presidente Pardo a aprovar a jornada de 8 horas de trabalho. Refletindo o sentimento da burguesia limenha, um jornal local em língua inglesa noticiava:

“(...) noventa por cento dos elementos que compõem a massa responsável pelos saques e incêndios são jovens irresponsáveis, canalhas e rufões do mais baixo nível. Eram liderados por criminosos ou pelos mais extremados agitadores socialistas, cujos cérebros tinham sido cozinhados pela saturação de fumos venenosos saídos dos tachos ferventes de Moscou e Petrogrado e que se propagam por toda a parte” (COTLER, 2006, 151).

Os excessos verborrágicos do texto refletiam de um lado o ódio de classe já previsível contra as iniciativas operárias, mas também a consciência do impacto político da revolução em solo peruano. De fato, a década seguinte exigirá um rearranjo dos dispositivos de dominação de classe da burguesia peruana ao lado da crescente organização das massas

populares e de seus núcleos operários mais politizados.

No Equador até a década de 1920 a economia estava concentrada na produção de cacau para exportação, baseada ainda em grande medida no trabalho servil dos indígenas das serras. Durante as primeiras décadas do século XX o Equador torna-se o principal produtor mundial de cacau, o que garante fortunas milionárias a uma oligarquia de grandes fazendeiros que decidira viver em Paris (DEAS, 2002, 314-316.). No entanto, deixou vastas áreas povoadas por legiões miseráveis nas serras equatorianas. O clássico romance *Huasipungo* de Jorge Icaza, publicado em 1934, tornou-se um retrato aterrorizante e revelador desta situação social desesperadora para as massas populares do país. Além da agricultura, uma pequena produção têxtil local prolongava uma tradição colonial de manufaturas. Os setores proletários são reduzidos aos ferroviários de Duran, das empresas elétricas e do porto. São esses núcleos que se levantam no final de 1921 e inícios de 1922 para exigir reajustes salariais frente à crise econômica que se alastrava com a queda dos preços internacionais do cacau. Esses setores somam-se aos sindicatos semi-artesanais na Confederação Operária de Guayas e em 15 de novembro de 1922 decretam uma greve geral, afogada por um brutal massacre promovido pelo governo (CUEVA, 1988, 135-136).

Os trabalhadores peruanos enfrentaram durante a década de 1920 os governos do regime Leguía, uma modernização burguesa que, passado um primeiro período de caráter demagógico, frente ao avanço das organizações independentes dos operários, decide-se pela repressão sistemática às suas organizações. Como um dos jovens e principais ativistas desse período que começava a desafiar o

regime peruano, o escritor José Carlos Mariátegui foi mandado para o exílio na Europa e sentiu de perto o impacto da Revolução Russa no movimento operário italiano e alemão.

Mas como ser marxista no Peru, país de economia dependente, predominantemente agrícola e com uma enorme massa de camponeses indígenas ainda alijados do mercado? O espírito irrequieto e revolucionário de Mariátegui não se contentará em repetir fórmulas e análises do marxismo, mas buscará utilizá-lo como ferramenta de análise e de ação transformadora. Entre suas primeiras conclusões políticas podemos destacar a de que os camponeses poderiam abraçar diretamente o socialismo, isso porque defenderiam cotidianamente o coletivismo e seriam aliados do movimento operário em sua luta pelo socialismo. O programa socialista deveria incorporar a defesa das terras das comunidades e a luta camponesa em sua plataforma. Recusará, por um lado, uma visão linear da História universal, o que o opôs ao etapismo stalinista que defendia como teoria revolucionária a necessidade de realização das revoluções democrático-burguesas antes de se propor a perspectiva socialista. De outro, ao colaboracionismo de classes de Haya de la Torre que defendia revoluções anti-imperialistas na América Latina e o papel de liderança das camadas médias as quais o operariado deveria se submeter. Grande parte de suas ideias multiplicaram-se por sua intensa atividade jornalística, mas sua elaboração mais consolidada foi certamente o livro *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*, um marco da elaboração marxista na América Latina. E nesse livro ele escreveria: “O grau de desenvolvimento alcançado pela industrialização da agricultura, sob um regime e uma técnica capitalistas, nos vales do litoral, tem seu

principal fator no interesse do capital britânico e norte-americano na produção peruana de açúcar e álcool” (MARIÁTEGUI, 1975, 67); Mariátegui via o mundo andino como resultado de um desenvolvimento desigual, heterogêneo e combinado e isso o aproximava no plano teórico das ideias de Leon Trotsky a respeito da teoria da revolução (GALINDO, 1980, 82-89).

O Partido Socialista fundado sob a liderança de Mariátegui surgiu em 16 de setembro de 1928 como necessidade e alternativa de independência de classe do proletariado peruano ao aprismo. Seu programa era voltado para a luta de classes: expropriação dos latifúndios com entrega das terras às comunidades, confisco das empresas estrangeiras, não reconhecimento das dívidas do Estado, jornada de 8 horas para os trabalhadores, armamento dos operários e camponeses, instauração dos municípios de operários, camponeses e soldados. O programa articulava de maneira clara a luta anti-imperialista com o socialismo. O jornal Labor e a fundação em maio de 1929 da CGTP estavam ligados a esse mesmo objetivo: dotar a jovem classe operária peruana de órgãos de expressão independente para agir na luta de classes e abri caminho para a luta socialista. Ao lado do jornal Labor, a revista Amauta ampliou os contatos políticos com os setores de vanguarda da classe operária peruana, como os mineiros de cerro del Pasco.

A burguesia equatoriana dividida entre conservadores e liberais, busca envolver os setores operários e populares na chamada Revolução Juliana de 9 de julho de 1925, na verdade uma conspiração de jovens militares conservadores. No entanto, durante a década o movimento operário conseguirá se recompor e consolidar seus núcleos mais sólidos de mobilização. Em 1925 foi fundado o

Partido Socialista (PS) e em 1927 seu principal dirigente, o médico Ricardo Paredes, foi a Moscou representando o partido nas festividades do 10º aniversário da revolução russa. Participou do 6º congresso da Internacional Comunista e o PS equatoriano foi admitido como membro fraternal da Internacional. No seu discurso propôs o uso do termo “dependente” ao lado dos conceitos de países coloniais e semi-coloniais para ser usado pela IC em particular na relação com os países latino-americanos. Em 1931 o partido assumiu o nome de Partido Comunista.

Na Bolívia, desde a decadência da mineração da prata no século XIX e a ascensão do estanho como principal atividade econômica do país, surgiram três grandes empresas mineradoras que praticamente impuseram todas as suas decisões ao frágil estado nacional. No campo a grande massa indígena camponesa ainda era submetida às formas servis de trabalho conhecidas como “pongueage”, que alienava os trabalhadores do mundo urbano e das relações de classe do sistema capitalista. Os setores operários são, portanto, pequenos e ainda pouco consolidados. O primeiro congresso operário da Bolívia ocorreu na cidade de Oruro em 1921, convocado pela federação dos ferroviários. Mas é durante o 2º congresso operário que é assinalada de modo mais claro a influência da revolução russa. Isso fica patente na menção ao Manifesto Comunista em sua convocatória e a uma das resoluções finais que declarava a Internacional como o hino oficial dos operários bolivianos. Nesse congresso foi decidido ainda a formação de uma Confederação Nacional do Trabalho, decisão que encontrará grandes obstáculos políticos para prosperar (LORA, 1978, 11-23).

A primeira tentativa de organização de um partido operário na Bolívia ocorre em 1914 com a fundação do Partido Socialista. Depois de 1920 aparecem uma infinidade de partidos, na verdade grupos que se reivindicam do socialismo e são fruto direto da influência política difusa da Revolução Russa. Em 1926 a Correspondência Sul-americana, órgão da Internacional Comunista, de 15 de outubro de 1926, publicava um “Chamado de um Operário da Bolívia pela constituição de um Partido Comunista”. Por volta de 1928 surgiu um Partido Comunista clandestino na Bolívia apoiado diretamente pelo Buro sul-americano, porque até esse momento os núcleos comunistas estavam agrupados em diferentes pequenos partidos socialistas que a IC considerava simpatizantes. Esse partido clandestino não conseguiu estruturar-se como organização de massas e durante a guerra do Chaco (1932-1935) foi quase destruído pela repressão (LORA, 1970, 175-185).

Poderíamos, por fim, afirmar que o impacto mais direto da Revolução Russa de 1917 fez-se sentir em duas grandes ondas. Num primeiro momento a influência agiu de maneira mais difusa na multiplicação muitas vezes espontânea de mobilizações e greves como no Equador e no Peru logo nos primeiros anos após 1917. Porém, nos setores de vanguarda do movimento operário e nos setores anti-imperialistas da pequena burguesia, a Revolução Russa ajudou a acelerar a formação de vanguardas revolucionárias e marxistas. Mas passados dez anos do seu início o quadro político da região estava completamente mudado. Agora agiam e se combinavam dois fenômenos políticos na consolidação das vanguardas políticas saídas do outubro russo. De um lado, a crise econômica latente que ameaçava os regimes locais dera origem a movimentos

reformistas e nacionalistas liderados por setores burgueses ou pequeno burgueses como por exemplo, a revolução juliana no Equador, o populismo inicial de Leguía e o movimento aprista de Haya de la Torre no Peru. O segundo fenômeno político que incidia era a ação do aparelho burocrático stalinista que buscava enquadrar e direcionar para seus objetivos específicos as vanguardas surgidas na região. Os peruanos e equatorianos, que haviam avançado mais na organização partidária comunista, tornaram-se alvos mais visíveis. A conjuntura boliviana diferiu em grande medida pelo fato de que os militantes comunistas, além de poucos, terem que enfrentar os dissabores da Guerra do Chaco (1932-1935) e da repressão sistemática. Essa situação favoreceu a consolidação posterior de um forte núcleo de militantes da Oposição Comunista e que depois darão origem ao sólido núcleo de militantes do POR. A história da revolução russa estava entranhada para sempre nos destinos do continente.

O desenvolvimento das jovens nações latino-americanas, subalternas e subjugadas às potências imperialistas, nem por isso as colocava à margem da história mundial. A influência da revolução russa não poderia, por isso, ser vista como um processo exógeno e puramente político ou superestrutural. Na verdade, as condições econômicas impostas pela existência de um mercado mundial, de uma economia mundial orgânica, já haviam enlaçado até o último rincão do planeta em uma história total. E os processos que ocorrem nos países andinos centrais nos anos imediatamente pós 1917 foram parte da revolução russa como revolução operária internacional em suas expressões locais. Combinavam a hegemonia do modo de produção capitalista com formações e modos de

produção pré-capitalistas submetidos, a desigualdade de ritmos históricos, de camadas sociais diversas e heterogêneas. O desenvolvimento desigual e combinado se expressou na capacidade dos setores do operariado e demais classes exploradas desses países, como o fora na Rússia revolucionária.

Referências:

- BAUD, Michiel. Ideologías de raza y nación em América Latina, siglos XIX y XX, pp. 175-193, in: **Teoría y metodología em la Historia de América Latina**, Paris: Unesco/Trotta, 2006.
- BROUÉ, Pierre. **O Partido Bolchevique**. São Paulo, Ed. Instituto Sundermann, s/d.
- COTLER, Julio. **Peru: classes, estado e nação**, Brasília: Funag, 2006.
- CUEVA, Augustin. Equador: 1925-1975, in: CASANOVA, Pablo Gonzáles (org.), **América Latina: História de meio século**, vol. 2, Brasília: Editora UnB, 1988
- DEAS, Malcolm. Venezuela, Colômbia e Equador, 1880-1930, in BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina**, vol. 5. São Paulo: Edusp-Funag, 2002
- ESCORSIM, Leila. **Mariátegui, vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- FOUGEYROLLAS, Pierre. **Les processus sociaux contemporains**. Paris: Payot, 1981.
- GALINDO, Alberto Flores. **La agonía de Mariátegui – la polémica com la Komintern**. Lima: Desco, 1980
- LORA, Guillermo. **História del movimiento obrero boliviano 1923-1933**. La Paz, Los amigos del libro, 1970.
- _____ **Figuras del trotskismo boliviano**, La Paz: Masas, 1983.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**, São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.
- TROTSKY, León. **História da Revolução Russa**, 3a. Ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980, 3t.
- VILLARAN, Jorge. **Mariátegui, el Apra y la III Internacional**, Lima: Graphos 100 editores, 1987.